

1 **Ata da 16ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos quinze dias do mês de
2 dezembro de dois mil e nove, às dezenove horas, na Sala de Reuniões da Terceira Regional de
3 Saúde, situada na Rua Paula Xavier nº 743, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima sexta
4 reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes
5 conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quorum o Presidente Carlos Eduardo
6 Coradassi procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e
7 participantes, partindo para o **primeiro item da pauta:** aprovações das 13ª e 14ª atas: atas
8 aprovadas sem ressalvas. **2. Informes da Mesa Diretora:** Foram lidos os ofícios recebidos e
9 enviados. **Ofícios recebidos:** ofício nº 793/EAUD/PR, ofício nº 780/SEAUD/PR, ofício nº
10 788/EAUD/PR, ofício DAAP/168/2009, ofício nº 79/2009, processo nº 1200229/2009, processo nº
11 2870337/2009, processo nº 1380334/2009, convite da Emater, reunião da unidade de saúde da
12 família Eugenio José Bocchi informando que formou o Conselho Local de Saúde e os coordenadores
13 e as secretarias. **Ofícios enviados:** ofício nº 129/CMS, ofício nº 130/CMS, Ofício nº 131/CMS,
14 ofício nº 132, ofício nº 08/GP. O conselheiro Isaias fala sobre o processo do Projeto Distritos de
15 Saúde e Territorialização da Atenção Básica, analisando o processo acha que tem muito há vê com a
16 proposta que se esta discutindo aqui no CMS de fortalecer a Atenção Básica, fortalecer a
17 participação dos trabalhadores dos usuários na discussão do controle social dessa política
18 e conversando com o presidente e mais alguns conselheiros aceitaram por deliberar favorável a este
19 projeto condicionado a participação dos Conselhos Locais de Saúde para discutir o território lá (em
20 determinado local da cidade) e para isso tem que ter um CLS funcionando porque aí o Conselho
21 Municipal de Saúde através do Conselho Local de Saúde vai estar participando diretamente. O
22 presidente pergunta quem concorda que o Projeto dos Distritos de Saúde e Territorialização da
23 Atenção Básica sejam vinculados a existência e atividades dos Conselhos Locais em cada região.
24 Colocado em votação é aprovado por unanimidade por treze votos. O presidente pergunta quem quer
25 fazer parte da Comissão. O conselheiro Isaias fala que sendo a última reunião deste ano e que na
26 próxima reunião vai existir o novo CMS com algumas pessoas diferentes, ele sugere que delibere
27 qual pessoa ira participar dessa Comissão na primeira reunião de 2010. O conselheiro Isaias
28 pergunta se pode ser assim e os conselheiros aceitam a proposta de escolher um conselheiro na
29 primeira reunião de 2010 para esta Comissão. O presidente fala dos relatórios das auditorias que
30 foram feitas pelo Ministério da Saúde e que está a disposição dos conselheiros e fala também da
31 importância desses relatórios. O presidente fala sobre o convenio 2024/2003 que teve como objeto a
32 construção do Centro de Atendimento aos Portadores de HIV; e a compra e distribuição de
33 medicamentos e materiais necessários ao atendimento dos usuários do SUS, dentro deste programa
34 de HIV, fala que tem três declarações técnicas, assinadas pelo Engº Marinho Iguatemi Pinto, Engº
35 Odimar Felipe Luz da Silva e pelo prefeito Pedro Wosgrau Filho e a outra assinada pelo Engº José
36 Ribamar Krüger, pelo secretário de saúde Dr. Winston Antonio Bastos e pelo prefeito Pedro
37 Wosgrau Filho e a outra pela farmacêutica Larissa Ranzani Kowalski, pelo secretário de Saúde Dr.
38 Winston Antonio Bastos e pelo prefeito Pedro Wosgrau Filho, e com relação a obra do Reviver
39 conversando com a Srª Vera essas declarações deveriam estar junto com o processo, aí o que foi
40 combinado, vamos nos reunir Reviver, Engenheiros, Gestor e o Conselho e vamos fazer um
41 encaminhamento de *ad referendum* para aprovação até o final do ano, porque é muito difícil para o
42 CMS aprovar uma coisa que não esta claro, porque pode estar sendo injusto com o gestor e até
43 mesmo com a comunidade, por isso que pensamos desta forma e pedimos a opinião dos conselheiros
44 a respeito deste encaminhamento que estamos fazendo agora. O presidente pergunta se algum

45 conselheiro se opõem quanto a este encaminhamento, e como faz-se silêncio é aprovado. O presidente
46 fala que mais um conselho local de saúde é formado na unidade de saúde Eugenio José Bocchi. O
47 conselheiro Isaias fala a respeito do pré-projeto da SMS do Município de Ponta Grossa para o uso
48 dos recursos da compensação de especificidades regionais, como o projeto veio para apreciação e a
49 deliberação nº 007-12/02/2009 e a solicitação é da Secretaria de Saúde de Jacarezinho, acha que foi
50 copiado e conversando com pessoal da 3ª Regional de Saúde acharam melhor devolver para o
51 Município acertar o que está faltando. O conselheiro Isaias fala a respeito do Projeto Estratégias
52 Estadual para fortalecimento da Atenção à Saúde da População Quilombola, vincular também o
53 Conselho Local de Saúde nessa comunidade. O conselheiro Isaias pergunta o que os conselheiros
54 acham e é aprovado. O presidente fala que tem outra proposta de resolução por parte do CMS que
55 trata de uma questão de todos os trabalhadores da saúde do Município de Ponta Grossa, auxiliar
56 de enfermagem, técnico de enfermagem, farmacêutico, veterinário, etc...; todas as categorias
57 solicitarão isto na Conferência Municipal de Saúde estamos tentando avançar um pouco e amarrar
58 a discussão do Plano de Cargos Carreira e Salários dos funcionários de saúde do Município de
59 Ponta Grossa. O presidente coloca para a aprovação da resolução, pergunta se tem alguém com
60 objeção a esta resolução, proposta aceita por unanimidade e como coordenador eleito da
61 comissão o conselheiro Cleiber Marcio Flores. O conselheiro Isaias fala sobre o Projeto Colegiado
62 do PSF é a mesma coisa proposta de ampliar a proposta do colegiado do PSF com um conjunto de
63 trabalhadores e sociedade de uma maneira geral e principalmente o usuário da mesma forma que
64 foi vinculado todas as discussões aqui colegiados da saúde da família ficou dentro do território do
65 conselho local de saúde e do município o CMS. Aprovada todas as resoluções serão encaminhadas
66 amanhã para o Secretário de Saúde. O conselheiro Isaias fala que tem uma questão que acha
67 importante que o Município de Ponta Grossa foi contemplado com um recurso do “ParticipaSUS”
68 que é do Ministério da Saúde para organizar algumas questões do Controle Social entre elas a
69 Ouvidoria então o Município de Ponta Grossa tem que fazer um projeto, ele vai receber cento e
70 trinta mil reais que é para Ouvidoria, controle de avaliação e regulação do controle social, só que o
71 Município tem que pagar o projeto, foi conversado e pediu que o Município processasse esta
72 discussão dentro do CMS, mas acabou não vindo, então pode ser que o Município venha agora no
73 final de dois mil e nove correndo tudo e solicite que o CMS aprove este projeto aqui, aí o CMS não
74 tem como aprovar correndo tudo. Fala que não tem documento no CMS e só está respaldando
75 porque vai chegar a janeiro ou fevereiro e diz que só está fazendo um comentário porque viu a
76 portaria que saiu três milhões de reais para o Município de Ponta Grossa e a maioria dos projetos
77 vão ter que ter o aval do CMS pois sem o aval do CMS não vão pra frente e nem um passou pelo
78 CMS até agora. Fica o alerta constado em ata que se chegar ao CMS para aprovar rapidamente
79 “porque se não vão perder o recurso” a culpa não vai ser do CMS. **.2.1. Aprovação do Plano de**
80 **Ações e Metas - PAM 2010:** A Senhorita Isabela faz a apresentação do Plano de Ações e Metas de
81 2010: o recurso para Ponta Grossa é de duzentos e sessenta mil reais, foi realizada duas reuniões
82 com todos os setores envolvidas na área, convidou as ONGs, as unidades básicas e até o pessoal da
83 assistência social, de como estar utilizando estes recursos, metas de 2010 realizar dez ações de
84 prevenção para a população de forma geral, promoção, prevenção e proteção, logística de
85 preservativos dezesseis mil reais, elaboração e materiais informativos como folders, cartazes,
86 banners sobre DST/HIV/Aids para ser distribuído à população em geral quarenta mil reais,

87 aquisição de insumos para realização do 1 de dezembro em parceria com a comissão Municipal de
88 DST/HIV/Aids três mil reais, realização de campanha de carnaval dois mil reais, realização
89 campanhas de datas comemorativas como dia dos namorados, dia da mulher, München fest dez mil
90 reais, aquisição de insumos para ações do ônibus da pastoral da Aids cinco mil reais, apoiar
91 tecnicamente as ONGs em dois eventos informativos mil reais, realização de campanhas
92 tuberculose mil reais, elaboração e confecção de camisetas para campanhas específicas quinze mil
93 reais, realização de gincana sobre sexualidade para os grupos paradoxo três mil reais, aquisição de
94 insumos e apoio as ações dos grupos Paradoxo cinco mil reais, reunião mensais com o grupo de
95 adesão mil reais, aquisição de suplemento alimentar para os pacientes atendidos pelo SAE/CTA,
96 vinte e sete mil reais, aquisição e distribuição de doze mil vales transportes vinte e seis mil reais,
97 aquisição de medicamentos para DST vinte e cinco mil reais, aquisição e dispensação do PMMA
98 quatro mil reais, adquirir 36 kit HIV para realização de exames quarenta mil reais, pagamento de
99 inscrições, passagens, hospedagem, alimentação, auxílio transporte ou diárias vinte e dois mil e
100 seiscientos reais, grupo reviver oito mil reais, grupo renascer oito mil reais, pagamento de
101 passagens um mil e duzentos reais, realização em duas USF capacitação sobre HIV/Aids cinco mil
102 reais, seminários HIV/Aids mil e duzentos reais, realização de oficinas do SAE/CTA cinco mil e
103 oitocentos reais, oficinas sobre drogas oito mil reais, realização de seminários dez mil reais,
104 capacitação do núcleo de educação cinco mil reais, realização de oficinas sobre sífilis um mil
105 quatrocentos e setenta reais, contratar 1 técnico vinte mil e oitocentos reais, aquisição de insumos
106 laboratoriais vinte mil reais, promoção prevenção e proteção cento e dois mil reais, diagnósticos,
107 tratamento e assistencial cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais, gestão de desenvolvimento
108 humano e institucional cento e dezessete mil e setenta reais e quarenta e oito centavos. Total geral
109 trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos. O
110 conselheiro Isaias fala que se reuniram na 3ª regional de Saúde e a conclusão que chegaram foi
111 que este esta melhor que os anos anteriores, que a dificuldade é a operacionalização, diz que no
112 papel este bem colocado mas falta funcionários. Fala que não está desmerecendo a coordenação e
113 sim tentando fortalecer. Gera discussão entre os conselheiros quanto à falta de funcionários. A
114 aprovação do PAM fica condicionada ao posicionamento do gestor em relação ao número de
115 servidores necessários e a aprovação fica condicionada a lotação e efetivação dos servidores da
116 referida coordenação Municipal, fica definida também que a coordenação devera fornecer ao CMS
117 trimestralmente ao acompanhamento do Plano. O presidente fala que seja selecionado os
118 funcionários através de edital publico, e o Município irá analisar e avaliar quais são os profissionais
119 que tem o perfil necessário. **2.2. Aprovação do Relatório de Gestão 2008. 2.3. Aprovação do**
120 **PLANO Municipal de Saúde.** Foi solicitada a pauta mais não veio ninguém do gestor para
121 apresentar. O presidente fala que na época o Plano foi apresentado pelo Dr. Alberto Calvett e pela
122 Rosilene e o plano foi questionado em vários pontos e este Plano não retornou para o CMS. O
123 conselheiro Isaias fala em uma solução alternativa é o seguinte: quando o Município for apresentar
124 o relatório anual de gestão de 2008 aí ele apresenta o Relatório de Gestão vinculado ao Plano
125 Municipal de Saúde, casados. O conselheiro Cleiber fala que a Comissão de Orçamento não
126 aprovou as contas de 2007, 2008, 2009. O presidente fala que não foi aprovado porque não foi
127 apresentado. Não é o CMS que está demorando em aprovar. O conselheiro Isaias fala que não se
128 lembra, pode estar enganado, mas este ano não teve nem uma apresentação de contas e que não

129 foi solicitado nenhuma pauta. O presidente fala que fazer um resgate de 2005 para saber se o CAS
130 foi aprovado ou não, diz que não foi aprovado o CAS pelo CMS o que foi aprovado pelo CMS foi a
131 Unidade de Saúde de Apoio que no prazo de seis meses seria reavaliado para saber se seria
132 prorrogado por mais seis meses e os CAS vieram na carona da USA, mas o CAS é uma coisa e a USA
133 é outra, mesmo a terceirização dos CAS não passou nada pelo CMS. **3. Informes dos conselheiros**
134 **Municipais de Saúde.** O conselheiro José dos Passos Neto fala que foi aprovado em 06 de
135 novembro de 2009 a portaria 2982 que aprova as normas de execução e financiamento da
136 Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. Entre as novidades estão o aumento do valor
137 repassado mensalmente pelo governo federal e estadual para aquisição de medicamentos para
138 atenção básica, a sugestão de medicamentos constantes da RENAME para compor a lista municipal,
139 incluindo fitoterápicos e hemopáticos, um financiamento específico para diabetes incluindo agulhas,
140 tiras, aparelhos. Há também uma contrapartida do município. A conselheira Genecilda fala sobre o
141 carro da prefeitura que não tem ido pegar os conselheiros, por este motivo eles não tem comparecido
142 as reuniões do CMS. A conselheira Vera fala que com relação ao PSF, CAS e os CRAS diz que a
143 associação reviver fez um projeto chamado o cravo e a rosa para os heterossexuais para o ano de
144 2009 para todos os interessados dos PSF, CAS, CAPs e os CRAS, pergunte quantas pessoas foram
145 para capacitação, não foi ninguém do PSF. Alguns funcionários que trabalham nos PSF estiveram na
146 reunião do CMS e explicam que estão com dificuldade porque o prefeito lançou o concurso de
147 técnico, eles vieram com a proposta de colocar técnico de enfermagem no lugar dos auxiliares e
148 muitos desses funcionários não tiveram tempo de fazer. Resultado passou sessenta e nove, apenas
149 dez é funcionário, mais só cinco tem o curso de técnico, eles vão chamar até terça feira e vão
150 substituir os funcionários. O presidente fala que infelizmente a lotação do funcionário publica pode
151 ser lotada em qualquer local. O conselheiro Isaias fala que se pode fazer é pedir uma explicação por
152 que esta sendo feito isto ou submeter esta questão que não é pontual para a Comissão que foi
153 constituída aqui para trabalhar no Plano de Cargos e Salários; para analisar, acha que aqui
154 efetivamente que vai organizar todo o processo funcional do ponto de vista de Atenção Promoção
155 isto tudo vai ser contemplado dentro deste Plano, acha que aí pode estar contribuindo se não para
156 corrigir o que este feito mais para garantir que isto não aconteça de novo. Reunião encerrada as vinte
157 e uma hora.